

ABERTURA DO I SEMINÁRIO SOBRE GESTÃO DOCUMENTAL NO PODER JUDICIÁRIO*

RAPHAEL DE BARROS MONTEIRO FILHO

*Presidente do Superior Tribunal de Justiça e
do Conselho da Justiça Federal*

Este seminário, fruto de parceria entre as áreas de documentação do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e do Conselho da Justiça Federal, emergiu da necessidade de se discutirem importantes assuntos referentes à gestão documental no âmbito do Poder Judiciário. Dentre esses, destacam-se a posição do Judiciário em face das inovações tecnológicas de geração; acesso a documentos e disseminação de informações; importância das unidades de arquivo para a prestação jurisdicional; destinação final dos autos judiciais transitados em julgado.

Além de propor essa construtiva discussão, o encontro objetiva promover o intercâmbio de experiências entre profissionais das atividades arquivísticas que atuam nos órgãos da Justiça, tudo como forma de contribuir para um eficiente e efetivo gerenciamento de documentos e informações.

Sem dúvida, é louvável esta iniciativa, haja vista a mentalidade dos novos tempos. Como todos sabem, no passado, a amplitude de uma instituição pública ou privada, era mensurada por seu patrimônio tangível, isto é, imóveis, equipamentos, instalações. Hoje, as organizações elegem, como patrimônio de maior valia, o conhecimento – bem que permanece inerte quando os documentos se encontram desorganizados e inacessíveis. Ao contrário, bem que germina e é compartilhado quando se promove um tratamento racional dos registros informacionais, trazendo benefícios inegáveis aos diversos segmentos da sociedade.

* Evento realizado no STJ, em 19.10.2006.

Convém ressaltar que a prestação jurisdicional passa, necessariamente, pela gestão documental. Na verdade, a quantas andaria a Justiça se nós, Magistrados, precisássemos de um processo ou de um acórdão e eles não estivessem tratados, organizados e disponíveis? E o cidadão? Que seria dele se solicitasse a um tribunal determinado documento e não o recebesse, em virtude de pura desorganização documental? E se um servidor apelasse para os arquivos a fim de ter assegurado um direito e lá não encontrasse os fundamentos de seu pleito? Esse breve questionamento, por si só, já seria suficiente para alertar-nos quanto ao grande valor da arquivologia e dos profissionais da área, os quais, via de regra, trabalham no anonimato, embora prestem serviço de extrema importância à coletividade.

Pela pertinência da proposta, pela proficiência dos palestrantes, moderadores e participantes, bem como pelo alto conceito das instituições representadas, é com satisfação que vejo instalado o “I Seminário sobre Gestão Documental no Poder Judiciário”. E o faço desejando que, como resultado de sábias exposições e discussões, brotem aqui idéias lúcidas, verdadeiros dínamos de ações efetivas rumo ao aprimoramento da gestão documental – atividade que, a meu ver, deve assumir o status de elemento *sine qua non* do planejamento estratégico de todas as instituições judiciárias do País.

Como é notoriamente sabido, o sábio respeita e preserva o passado, a fim de melhorar o presente e planejar com segurança o futuro.

Guardemos bem, portanto, a memória do Judiciário, para acertarmos os caminhos do amanhã.

Obrigado.